



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Urbana

A FAVELA SANTOS ANDRADE REMOVIDA POR MEIO DO PMCMV NO MUNICÍPIO DE CURITIBA: A DISTÂNCIA ENTRE A POLÍTICA SOCIAL E O ORDINÁRIO.

KELLY MARIA CHRISTINE MENGARDA VASCO¹

RESUMO:

Este artículo reflexiona sobre la distancia entre la política habitacional de intervención en favelas implementada por el Municipio de Curitiba y las necesidades reales de las familias trasladadas de las Favelas Santos Andrade al Desarrollo Aroeira Imbuia producida por el PMCMV, destacando el acercamiento de la política de alejamiento periférico y no incorporación de dinámicas territoriales.

Palabras clave: Política Habitacional, Favela, Remoción, Territorio Habitado, PMCMV

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo pretende refletir sobre a política de intervenção em favelas praticada pelo Município de Curitiba a partir da remoção das famílias da favela Santos Andrade por meio do PMCMV. A reflexão poia-se em pesquisas que estudaram a Política Habitacional no município (VASCO, 2018, NUNES DA SILVA; VASCO; TEIXEIRA, 2018 e nos relatos de pessoas reassentadas para o empreendimento Aroeira produzido pelo PMCMV e entrevistadas em 2018 (VASCO, 2018) que revelam o território de vivência não apreendido pelo planejamento e estudos técnicos sociais realizados pela Companhia de Habitação Popular de Curitiba - COHAB-CT.

A Favela Santos Andrade, originada na década de 50, apesar de constar nos levantamentos institucionais desde a década de 70, entrou na agenda pública somente entre 2009 e 2011, em virtude de situações emergenciais de incêndio e enchentes. Com a maioria dos seus 252 domicílios construídos sob Área de Preservação Permanente – APP e sob traçado do sistema viário em área de domínio privado e público, inclusive de propriedade da Companhia de Habitação

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Popular de Curitiba (COHAB-CT), a favela era marcada pela precariedade habitacional, vulnerabilidade socioambiental² e adensamento excessivo das habitações construídas.

Contudo, a favela também era lugar de relações de solidariedade e reciprocidade, laços de amizade, parentesco e vizinhança, de memórias, vínculos e afeto e por dinâmicas socioterritoriais envolvendo diversos agentes.

O planejamento da intervenção habitacional, o distanciamento da concepção da regularização fundiária integrada³ e da escala do ordinário, bem como, a dissociação da política habitacional da política urbana, limitações técnicas e a única solução habitacional promovida por meio da casa nova financiada na periferia da cidade revelam o modelo da Política Habitacional praticada pelo município.

A política praticada apartada dos sentidos do real, que não desce na escala do ordinário. A autora Veena DAS (2020) ao tratar dessa escala, utiliza o verbo “descer” para dele se aproximar, o que supõe um deslocamento do alto para baixo, mas também da superfície para interior desse mundo ordinário – a escala da vivência, campo do cotidiano construído à margem do Estado, onde se encontra as possibilidades de se repensar a gestão pública, as estratégias de pesquisas, os diagnósticos e os planos socioterritoriais (KOGA, 2015).

A distância entre a solução habitacional implementada por meio do PMCMV e as condições de vida na favela evidenciam as contradições entre política habitacional praticada e o acesso ao direito à moradia e à cidade que devem ser protegidos e promovidos pelo Estado.

Para fazer essa reflexão, a parte 2 do artigo caracteriza o projeto de Intervenção na favela Santos Andrade e as estratégias e planejamento da COHAB-CT para concretização do reassentamento de 390 famílias de 20 favelas do município para o empreendimento Aroeira Imbuia produzido pelo PMCMV, dentre elas os estudos técnicos sociais à cerca das condições socioeconômicas das famílias residentes nesse espaço informal de moradia.

Na parte 3 o território vivido na Favela é revelado a partir dos relatos das pessoas removidas para o empreendimento Aroeira evidenciando que o território vivido não foi apreendido

² A vulnerabilidade socioambiental, segundo Alves (2006), reflete “a sobreposição ou cumulatividade de problemas e riscos sociais e ambientais, que se concentram em determinadas áreas, espalhadas por toda a metrópole. Esta sobreposição (ou coexistência espacial) faz com que situações de pobreza e vulnerabilidade social, presentes em muitas áreas periféricas, sejam agravadas por exposição e riscos e degradação ambiental, tais como enchentes, deslizamentos de terra, poluição, contato com doenças hídricas etc.”.

³ No projeto estavam previstas soluções para a regularização fundiária, construção de unidades habitacionais em terreno próximo, reassentamento dos domicílios em situação de risco ou sobre APP, recuperação ambiental das áreas onde ocorreriam as relocações, abertura de rua e implantação de área de lazer.

pelo poder público e que as famílias foram reassentadas em piores condições do que viviam na favela.

Por último as reflexões finais tratam da política habitacional praticada, dos limites técnicos evidenciados e do distanciamento da política habitacional das reais necessidades dos moradores da favela, revelando a distância da política social praticada do ordinário confirmando que Município de Curitiba não reconhece a favela enquanto lugar de realização da vida das pessoas empobrecidas da Cidade.

2. A INTERVENÇÃO NA FAVELA SANTOS ANDRADE E O PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL PARA CONCRETIZAÇÃO DAS REMOÇÕES

Em 2012 a COHAB-CT desenvolveu o primeiro projeto para intervenção habitacional em resposta as situações de risco e emergência ocorridos na área por meio do Programa de Aceleração do Crescimento em Urbanização de Assentamentos Precários PAC – UAP. O Programa concebido para intervenção nas dimensões físicas, jurídicas, sociais e ambientais do assentamento já vinha sendo implementado pela Companhia por meio de programas desenvolvidos com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Governo Federal no âmbito da estruturação institucional da COHAB-CT para adesão ao SNHIS.

O processo de estruturação institucional e de elaboração dos projetos possibilitaram à Companhia construir metodologia de trabalho integrado e intersetorial e constituir expertise na urbanização de favelas na dimensão da integrada. Contudo, Silva, Vasco e Texeira (2018) no capítulo do livro Urbanização de Favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC ao tratar da experiência de Curitiba, demonstram que o município firmou 21 contratos com o objetivo de urbanizar 49 favelas com a intervenção integrada, mas executou majoritariamente remoção periférica das famílias (NUNES, VASCO, TEXEIRA, 2018).

O projeto apresentado para captação de recursos do PAC 2 não foi aprovado e no final de 2012 a COHAB-CT apresentou aos moradores da favela a proposta de reassentamento para o Empreendimento Aroeira⁴, produzido pelo PMCMV - Faixa 1, seguido de cadastramento das famílias e de um estudo socioeconômico com orientações, recomendações e análise técnica social.

⁴ O Empreendimento Aroeira Imbuia produzido com 1000 unidades habitacionais, sendo 610 UH para famílias inscritas na Fila de Pretendentes à moradia da COHAB faixa 2 do PMCMV e 390 UH destinada a reassentamentos de favelas do Município na faixa 1 do Programa.

Os dados coletados por meio de formulário estruturado, caracterizaram a condição socioeconômica de 187 famílias das 225 moradoras na favela e evidenciaram que a Santos Andrade tinha uma população majoritariamente jovem, a presença de crianças, idosos e mulheres, e ainda pessoas em situação de vulnerabilidade social revelada pelos dados demográficos, sobre o trabalho, a escolaridade, a renda e gênero.

Das mulheres responsáveis pelos domicílios, 18 encontravam-se sem renda. Além disso 13% das famílias tinham 5 a 8 pessoas na composição familiar e 1,5% sobreviviam da coleta de material reciclável.

A escala de análise da vida, já evidenciava a necessidade de atenção para as soluções habitacionais, principalmente a garantia de acesso aos serviços públicos de saúde, educação e assistência social e a manutenção de empregos e geração de renda existentes.

Além dos dados socioeconômicos e institucionais, o estudo social e análise estratégica realizado pelo Departamento Social destacava a inconformidade das tipologias habitacionais à realidade das famílias e os problemas decorrentes da vulnerabilidade socioeconômica diante do programa proposto:

Estes dados já permitem evidenciar que os Empreendimentos Aroeira e Imbuia não são solução aplicável para uma parcela significativa da população da Vila Santos Andrade. O risco nesta intervenção está posto tanto para a população que não tem perfil para o Empreendimento e suas tipologias quanto para a coletividade que estará afetada pela falta de condições destas famílias fazerem a manutenção dos imóveis e o pagamento do condomínio dentre outras dificuldades (COHAB-C, 2012 apud VASCO, 2018).

O Estudo recomendou:

Em casos de reassentamento considerando que necessitarão de transferência dos serviços públicos caso saiam da área de abrangência dos equipamentos públicos” e o “fortalecimentos dos vínculos familiares e comunitários são fundamentais para garantir o apoio entre as famílias vizinhas, a segurança da comunidade e a boa convivência entre as pessoas nas diferentes faixas etária” (COHAB-CT, 2012 apud VASCO, 2018).

Dentre outras orientações que apontavam desfavoravelmente ao atendimento dessa comunidade com o PMCMV destacou:

...o projeto não dispunha de unidades térreas suficientes para atender os segmentos vulneráveis não aptos para a tipologia verticalizada, em função da acessibilidade, necessidade de ampliação e despesa com condomínio (COHAB-CT, 2012 apud VASCO, 2018).

O Empreendimento Aroeira Imbuia foi implantado de forma isolada na malha urbana, no Bairro Santa Candida ao Norte de Curitiba, na divisa com o Município de Almirante Tamandaré e Colombo, formando um aglomerado de mil unidades habitacionais em 11 condomínios com acesso único ao Empreendimento, uma rua que não estava completamente aberta e terminava em área de preservação ambiental.

O Aroeira formado por quatro condomínios foi destinado para remoção de 390 famílias de 20 favelas de Curitiba, entre elas a Santos Andrade. Em frente ao empreendimento encontra-se a área de preservação permanente, o córrego e a Favela Dos Milagres em Almirante Tamandaré. Figura 1 – Implantação do Empreendimento Aroeira I, II, III e VI destinado para o reassentamento de famílias.

Figura 1 – Implantação do empreendimento Aroeira I, II, III e VI destinado para reassentamento de famílias.



Fonte: Blog Spot/Gazeta do Santa Cândida in VASCO (2018).

O empreendimento localizado há aproximadamente 21 quilômetros da favela, comprometia 1 h 10 minutos de bicicleta e 1h e 43 minutos de ônibus para o trajeto, tempos que explicitam a inexistência de proximidade geográfica entre o antigo espaço de moradia e o novo. Expondo a dificuldade que as famílias passariam a enfrentar para manutenção dos empregos e da renda, das relações e laços e das redes de apoio existente na favela e daquelas que não viessem a ser atendidas pelo programa, seja por não estarem nas faixas de preservação permanente, seja por

resistirem ao processo de remoção ou ainda por não passarem na análise creditícia da Caixa Econômica.

Apesar da análise técnica, que possibilitaria que a Companhia reavaliasse o projeto de reassentamento para o empreendimento, bem como o uso exclusivo do PMCMV para atender as necessidades expressas no estudo socioeconômico, em maio de 2013 iniciou a mobilização das famílias para habilitação junto à CAIXA e o reassentamento das famílias para o empreendimento Aroeira em 2014.

As famílias foram informadas da solução habitacional depois que o empreendimento Aroeira já estava contratado, portanto, com localização, tipologias, tamanho, critérios de distribuição das unidades e trabalho social já definidos. Dessa forma, o estudo socioeconômico e a análise estratégica produzida não influenciaram o planejamento do empreendimento, a definição das soluções habitacionais e a participação da população na sua produção.

O estudo do reassentamento buscou compatibilizar a tipologia do imóvel à renda das famílias para pagamento dos valores do financiamento e à algumas características referentes ao tamanho da família, à acessibilidade da unidade habitacional e espaço para que as famílias ocupadas com a coleta de materiais recicláveis pudessem acomodar o carrinho de coleta.

A estratégia do trabalho social foi a de destinar as casas e sobrados para famílias de menor renda. Em lotes de esquina para as famílias numerosas ou formadas por trabalhadores ocupados com a coleta de materiais recicláveis, que poderiam ampliar a unidade habitacional ou utilizar as áreas de recuo dos terrenos se necessário. As casas, sobrados e unidades térreas foram destinadas a famílias que tinham na composição pessoas idosas e com deficiência, visando oferecer a acessibilidade à unidade habitacional. Os apartamentos do Aroeira VI seriam destinados às demais famílias, que eram menores e com maior renda e assim não precisariam de ampliação da unidade habitacional e teriam melhores condições para arcar com os custos e para se adequar a vivência em condomínio.

No entanto, de acordo com o estudo técnico, somente na organização das demandas dos empreendimentos houve a informação de que todas as unidades habitacionais estavam sujeitas a regras de convivência e pagamento de condomínio, portanto sem que as estratégias de adaptação das famílias às tipologias habitacionais fossem efetivamente realizadas.

De acordo com o “Relatório Técnico de Fechamento das Ações na Área” da COHAB (VASCO, 2018), 40% das famílias manifestaram-se, no processo de habilitação ao PMCMV,

decepcionadas com a localização, a tipologia de apartamento e tamanho das unidades, resistindo assim ao processo de realocação.

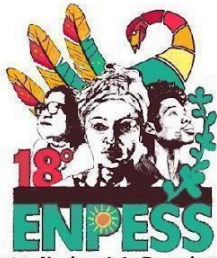
O relatório destacava que a intervenção não foi eficaz na liberação da área de preservação permanente - APP e não atendeu 20 famílias que não conseguiram habilitação no PMCMV, 69 famílias que resistiram a remoção da favela, e 21 que aguardaram um futuro atendimento pelo município em face do processo de habilitação da caixa, dentro da lógica da provisão habitacional que primeiro aplica critérios creditícios e documentais para definição das famílias a serem atendidas no empreendimento.

O processo de remoção teve forte influência da atuação da Presidente da Associação de Moradores na implementação do projeto. A representante já tinha morado na favela e foi responsável por informar sobre o projeto, mobilizar as famílias para o mapeamento, cadastramento e reuniões, entregar avisos de visita da COHAB-CT, providenciar documentação para habilitação na CAIXA, informar a data de remoção, acompanhar as famílias na visita ao empreendimento e representar a Companhia cotidianamente com informações que descreviam a remoção como a melhor solução para as famílias (VASCO, 2018).

A representante comunitária tinha vínculo e a confiança dos moradores, mas também da COHAB, sendo contratada, em 2011, pela Companhia como cargo comissionado. A contratação da Presidente da Associação de Moradores, o benefício de atendimento antecipado com moradia próxima da favela, assim como as funções por ela desempenhada revelaram as estratégias adotadas para a concretização do reassentamento das famílias. Além disso, contribuem para compreender as características da PH praticada e sua relação com a execução do PMCMV no município (VASCO, 2018).

As informações que a gente tinha era o que era passado pra Presidente da Associação e ela passava pra gente, Mas conhecer mesmo, saber mais sobre o projeto, ter alguma escolha a gente não teve. Tiveram algumas pessoas que se opuseram a se mudar eles disseram que ficaria na rua então, porque eles iam passar com a máquina por tudo (ENTREVISTA 11, 2017 apud VASCO, 2018).

A característica do planejamento para a operação de remoção evidencia a falta de preparação das famílias, com prazo e condições adequadas para que sejam minimizados os impactos da remoção nas suas vidas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Daí tava sussegada lá em casa, ó Amanda, como hoje é quinta, você se muda no sábado. E daí pra arrumar as coisarada falei meu deus do céu, com criança pequena [...] (ENTREVISTA 11, 2017 apud VASCO, 2018).

Na destinação da tipologia da habitação, com resistência das famílias ao modelo e localização no empreendimento e na resistência ao Sistema de Condomínio

Era pra ser apartamento, vai saber qual bloco que era, naquele tempo as crianças eram pequenas. Daí vai ter que ir pra fora pra brincar com as crianças [...] (ENTREVISTA 10, 2017 apud VASCO, 2018).

Eu falei não, não tem como. Até bom porque por causa que daí ia ter que pagar condomínio, aqui também tinha que ser condomínio, aí fizeram abaixo assinado que não tinha condição né. Como que, veio tudo da favela tudo pobre, uma contarada [...] (ENTREVISTA 10, 2017 apud VASCO, 2018).

O trabalho social programou ações para a adesão das famílias ao projeto, adaptação à tipologia habitacional e enquadramento diante da capacidade de pagamento das famílias que serviu à manutenção da ordem que no caso da Favela Santos Andrade foi a concretização do reassentamento em condições mais precárias do que possuíam na favela, sem possibilidades dessas famílias optarem por não aderir ao programa.

O planejamento do uso do PMCMV para intervenção na favela evidenciou a prática histórica da COHAB-CT de remoção periférica sem análises socioterritoriais. A retomada dessa prática é demonstrada pela diferença entre o planejamento inicial para ocupação do Empreendimento envolvendo 10 favelas da cidade, Figura 2 – Estudo de Reassentamento para o Empreendimento Aroeira, e o reassentamento efetivado que envolveu 20 favelas de diversos bairros da cidade, Figura 3 – Reassentamento Efetivado.

Figura 2 – Estudo de Reassentamento para o Empreendimento Aroeira.

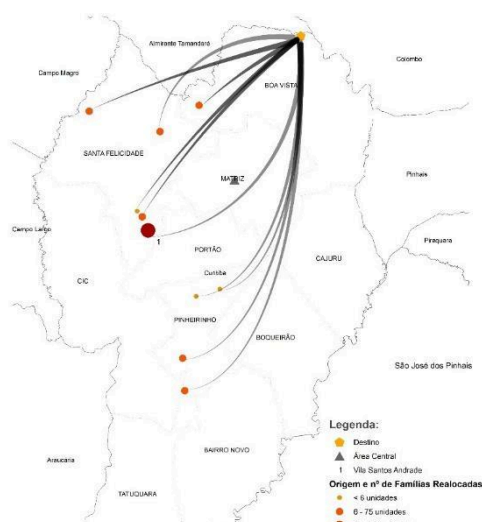
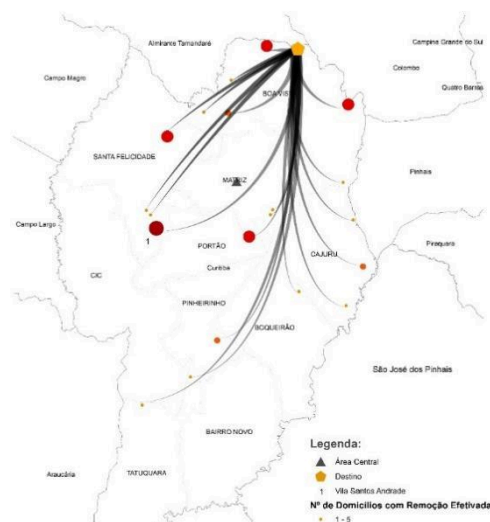


Figura 3 – Reassentamento Efetivado



Fonte: Adaptado de COHAB in Vasco (2018).

3. O TERRITÓRIO VIVIDO NA FAVELA SANTOS ANDRADE

O Território vivido compõe uma escala, a escala de vivência, que não foi apreendida pela política social e sua lógica inversa a territorialização humana,

... o cotidiano é uma escala da vida no território, é através dele que se pode compreender os eventos, as tramas dos episódios, das redes de relações, dos acontecimentos e de como os sujeitos se afetam e se movimentam. É no cotidiano que as desigualdades sociais, as contradições se expressam de modo mais singular (ARREGUI; KOGA; DINIZ, 2018).

A apreensão do território usado permite entender que os espaços socioterritoriais são expressões da ação dos sujeitos, das mediações e contextos sociais aos quais estão envolvidos, expressando também a totalidade das relações humanas. A vida, as vivências, as experiências e práticas sociais são tecidas e materializadas no espaço da existência do cotidiana. É no espaço da vida mais comum, no qual as necessidades humanas são respondidas de forma imediata, que as rugosidades e dobraduras do tempo histórico, econômico e social se mostram. (ARREGUI, KOGA; DINIZ, 2018).

Segundo Koga (2003), à medida que os lugares passam a ser considerados, as desigualdades internas se tornam mais visíveis, mas também a criatividade, as capacidades e as potencialidades da população que tece a trama do cotidiano, marcadas por relações sociais complexas, conflitos e violência, mas sobretudo por solidariedade e reciprocidade. (KOGA, 2003).

Essa tessitura do território, o chão de vivência não foi apreendido pelo poder público por meio de seus instrumentais de coleta e metodologias de ação, mas é manifestado nos relatos cheios de lembranças, afetos, historicidade, relações, saudades.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

De acordo com os relatos das pessoas reassentadas⁵, o espaço da favela era dividido em três territórios, a partir dos quais os moradores se identificavam e cuja segurança se dava pelas ruas de acesso e materializavam os laços de parentesco, as relações de reciprocidade e de solidariedade entre os moradores, e deles com a população do bairro, construídas ao longo das décadas de ocupação. Essas redes de solidariedade e reciprocidade possibilitavam o apoio no cuidado com as crianças, na segurança alimentar e até profissional e de renda. Além de socialização e vida comunitária, a favela constituía um lugar de resistência, que viabilizava o acesso à cidade.

AS famílias conviviam com precariedade habitacional, caracterizada pelas casas construídas com materiais e técnicas construtivas inadequadas, sem saneamento e com risco de desmoronamento. Esses aspectos evidenciam a demanda por intervenção estatal.

Para a maioria das famílias, além do risco socioambiental temiam ficar sem lugar para morar, em decorrência da ausência de documentação de propriedade e do medo do despejo forçado. Ou seja, a insegurança identificada pelas famílias se relacionava com à insegurança da posse e aos riscos de acidentes a que estavam sujeitos.

[...] minha casa era 15 minutos de chuva alagava tudo, tadinha das minhas meninas. A água entrava mesmo, porque era um corredor sabe, e não tinha como escoar a água. Aí alagava tudo, e os ratos assim, pela casa era horrível mesmo [...] (ENTREVISTA 9, 2017 apud VASCO, 2018).

Apesar da precariedade habitacional e do risco ambiental a favela tinha infraestrutura de equipamentos instalada ao longo do tempo de ocupação, sua localização e a vivência no espaço possibilitavam o acesso a serviços e equipamentos públicos e à rede de relações construídas entre as famílias e os servidores públicos que trabalhavam no bairro. Na fala dos antigos residentes são reconhecidas acessibilidade, qualidade e capacidade de atendimento desses equipamentos, em especial saúde, educação e assistência social.

Ah! lá nossa! as professoras foram nossas professoras, depois foi dos nossos filhos, tudo conhecido. A Estadual também era boa, não era mais perto, mais eles iam tudo junto de a pé, eram tudo conhecido [...] Lá tinha nosso CRAS que eles conheciam, eles participavam eles conheciam nossa família, eles conviviam dentro da nossa casa (ENTREVISTA 5, 2017 apud VASCO, 2018).

⁵ As pessoas foram entrevistadas no Empreendimento Aroeira produzido pelo PMCMV para o qual foram reassentadas de onde lembraram o cotidiano na favela e narraram com detalhes o território de vivência.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Lá tudo era perto, o postinho era perto, os mercadinhos tudo era perto, dava pra escolher. As enfermeiras iam na sua casa. Aqui não tudo tem que ir de ônibus. O colégio era perto para as crianças. Todo mundo se ajudava, todo mundo ia tomar café na casa do outro (ENTREVISTA 11, 2017 apud VASCO, 2018).

Posto de saúde, casa de apoio, escola, nossa eu queria muito que a escola que eu estudei, meu marido estudou, minha filha estudasse. Ela queria muito e até hoje mãe que queria tanto estudar naquela escola lá [...] (ENTREVISTA 12, 2017 apud VASCO, 2018).

Os moradores da favela também tinham acesso a várias linhas de transporte público, e uma diversidade de estabelecimentos para atendimento de sua vida cotidiana, mercado, comércios menores, cartórios e bancos, todos instalados próximo da favela.

Lá tinha Vila Sandra, Barigui, Cotoleto, Carmela Dutra, Vila Velha, era de um lado e de outro. Tinha tudo para qualquer lado, era uma maravilha, eu vou voltar para lá ainda (ENTREVISTA 5, 2017 apud VASCO, 2018).

Além da presença do Estado, recebiam atendimento assistencial, educacional, recreativo e de formação profissional da Casa de Apoio e de Igrejas, que também faziam parte da rede de solidariedade e reciprocidade social, ampliando o bem-estar das famílias. Além disso, a rede de apoio entre vizinhos possibilitava o cuidado da casa e das crianças, o fornecimento de alimentos em situações de restrição de renda, empréstimo de dinheiro, gás e troca de serviços e de segurança pessoal.

A gente tinha todo um apoio, porque como a gente vivia ali, naquele meio. Era como se fosse uma família. Se minhas filhas caíssem e ralassem o joelhinho imediatamente me ligavam, sabe, Era um cuidado do outro assim, não faltava nada porque todos se ajudavam, tinha toda uma estrutura [...] Levavam e buscavam na escola pra gente, porque era pertinho. As tias da escola moravam ali perto e traziam as crianças pra gente na porta da casa, sabe uma comunidade bem unida. Na alimentação acabava meu gás, o vizinho “ó eu compro aqui pra você e outro dia você me paga” sempre foi assim, bem unido. Aqui já não pode contar com gás nenhum, que os que vieram, de lá pra cá, alguns foram embora, não conseguiram se manter (ENTREVISTA 9, 2017 apud VASCO, 2018).

[...] Era um lugar que ajudava a gente, era uma igreja. Eles ficaram ajudando a gente um bom tempo, aí eles vieram ver a casa que a gente ganhou, mediram os quartos, mandaram os moveis, montaram os quartos. Só que daí eles falaram que não podiam mais ajudar. Se a gente voltasse a morar na vila eles voltavam a ajudar a gente, eles nos falaram isso se a gente morasse lá eles iam ajudar, porque aqui é um lugar muito longe pra eles [...] (ENTREVISTA , 2017 apud VASCO, 2018).

Todos esses relatos evidenciam que o território vivido não foi apreendido pelos formulários e dados institucionais. A limitada participação social, e a falta de desvelamento das contradições



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

entre a solução habitacional e as condições de acesso à moradia adequada e à cidade não possibilitaram que o trabalho social promovesse formas populares e participativas de leitura da realidade socioterritorial e de fortalecimento coletivo para escolhas autônomas das pessoas moradoras da favela.

4 REFLEXÕES FINAIS

Eu não queria vir pra cá. Eu chorei que não queria vir. A COHAB dizia que tinha que aceitar, porque se não aceitasse eles iam tirar nós do mesmo jeito [...] dizia que aqui ia ser melhor pra nós. Ia ser tudo limpo, que eles iam ajudar a gente (ENTREVISTA 7 apud VASCO, 2018).

Então, a Jéssica, que era minha amiga muito próxima, parecia minha filha. A mãe dela Fernanda, a Márcia que nem saiu de lá. Tinha muitas pessoas que ficaram [...] Na verdade, a gente era todo mundo muito unido sabe. Ficou, minha tia, ficou primos, alguns vieram, mas voltaram pra lá. Ficou bastante gente (ENTREVISTA 9, 2017 apud VASCO, 2018).

[...] eu arrumei emprego registrado né, eu saía daqui e ia lá pro Champagnat. Trabalhava em um condomínio né, de limpeza. Depois que eu vim, eu ganhava um salário, 300 de alimentação e 900 reais por mês [...] Como eu pegava as 7 da manhã, eles tiveram que me dispensar, porque não tinha posto mais perto né. Eu sempre trabalhei nesse condomínio, só mudou de empresa [...] porque eu pegava as 7 lá, 15 pras 7. Porque não tem o ônibus aqui eu não chegava a tempo (ENTREVISTA 5, 2017 apud VASCO, 2018).

Os relatos após mais de quatro anos do reassentamento, evidenciam que a participação social foi limitada, que a favela enquanto espaço de realização da vida não foi considerada, que as análises técnicas e operacionais foram limitadas no desvelamento do território de vivência, da produção desigual da cidade, e do impacto em reassentar famílias em conjuntos habitacionais construídos em regiões distantes do assentamento de origem, interferem no cotidiano e, portanto, situam-se na contramão da promoção da autonomia socioespacial e da efetivação do direito à cidade (SILVA, VASCO e TEXEIRA, 2020).

A autonomia socioespacial conforme Souza (2004), deveria constituir o princípio norteador das ações de planejamento urbano. Conforme Kapp (2012), promover a autonomia socioespacial via política urbana significa possibilitar “que diferentes coletividades adquiram o direito e a capacidade de definir a produção do espaço, em contraposição à heteronomia ou à definição dessa produção por instâncias alheias” (KAPP, 2012, p. 468).

Evidenciam ainda que as estratégias adotadas para adesão das famílias ao projeto de remoção fortaleceram a ideia de insegurança das famílias e apresentaram como única alternativa

a remoção com atendimento no Aroeira, desconsiderando o direito de posse dos moradores, a prerrogativa de ampla informação sobre o projeto e as alterações nos modos de vida.

Além disso, as dinâmicas territoriais, os agentes que nela atuam, as redes de reciprocidade social, as relações de parentesco, vizinhança e amizade repletas de solidariedade e afetividade e o acesso que os moradores tinham à cidade não foram consideradas no planejamento da COHAB e nas estratégias do trabalho social, configurando um processo de remoção forçada em condições mais precárias do que as que viviam na favela.

A solução fragilizou ainda mais as condições de moradia, pois não discutiu coletivamente nem incorporou as necessidades das famílias, o direito à proteção dos envolvidos e a busca de soluções apropriadas, nem garantiu a autonomia destas famílias para fazer suas escolhas, entre elas, a de resistir à remoção.

A limitação das tipologias habitacionais e o sistema de condomínio predominante estabelecidos pela Construtora, os critérios de elegibilidade e os tempos de habilitação e de ocupação do empreendimento definidos pelo programa, e a proposta de remoção rejeitada por parte de moradores acarretaram uma série de impactos, dentre elas a quebra de relações e de laços que eram fundamentais para as famílias atenderem necessidades básicas do dia-a-dia, segurança, amizade e bem estar social.

Tal aspecto torna-se relevante, na medida em que o acesso à cidade e à moradia adequada requer a consideração do território vivido, a qual ultrapassa a identificação individual e/ou familiar, possibilitando o reconhecimento da realização da vida, do acesso aos direitos de cidadania e das estratégias de sobrevivência, afinal o território não é apenas a referência de localização, mas um espaço de produção e reprodução de relações sociais complexas, que caracterizam os assentamentos humanos (KOGA, 2013).

Os limites do PMCMV para atendimento das necessidades das famílias foram identificados pela equipe técnica do ponto de vista das soluções e tipologias habitacionais, mas não na falta de relação entre a PH praticada e os objetivos da política urbana no que diz respeito à universalização do acesso ao direito à cidade urbanizada, que é uma questão central não refletida na política habitacional do município que se expressa nos documentos técnicos.

As análises técnicas sociais, apesar das críticas à inadequação do programa para atendimento da maioria das famílias da favela não subsidiaram a construção estratégias do trabalho social para leitura e reflexão do território vivido, a produção desigual da cidade de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Curitiba e precariedade de infraestrutura urbana, de equipamentos públicos, do transporte coletivo, comércio e serviços.

As considerações técnicas no documento de avaliação da intervenção no pós-reassentamento, demonstram o limite de compreensão da política urbana, dos aspectos territoriais que não evidenciaram a distância geográfica da favela ao empreendimento como elemento central de ruptura das relações sociais, redes de apoio e estruturas de trabalho e renda, naturalizando assim com o projeto de cidade hegemônica, desigual e excludente que utilizou a intervenção habitacional para retirada das famílias da favela cêntrica para a periferia (Silva et al. 2022).

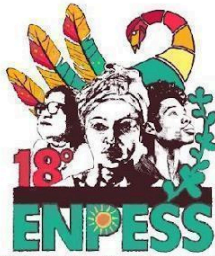
O planejamento da Companhia não considerou a realidade da população favelada da cidade, pois não priorizou famílias de favelas próximas ao empreendimento, causando grandes deslocamentos. Além disso, não considerou a vulnerabilidade socioeconômica das famílias, a desproteção social e a adequação cultural da solução habitacional ao reunir moradores de diversas favelas, de distintas regiões da cidade, com situações sociais, econômicas, culturais, territoriais variadas e complexas, num empreendimento com unidades habitacionais coletivas e de grande escala, produzindo um espaço marcado pela violência. (VASCO, 2018).

Evidencia-se que a intervenção na favela, dissociada de outros programas habitacionais e da política urbana, caracterizam a intervenção pontual (Cardoso, 2007), distanciada da plataforma de direito à moradia e à cidade. Além disso, revela que o PMCMV como ferramenta de intervenção, significou a retomada da política habitacional de remoção periférica (VASCO, 2018), desconectada das dinâmicas territoriais sob lógicas, planejamento e intervenção da política habitacional apartado dos sentidos e contextos dos interesses e necessidades dos sujeitos nos espaços - uma política habitacional distante do ordinário.

REFERÊNCIAS

ALVES, H. P. F. **Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana:** uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 43-59, 2006.

ARREGUI, Carola; KOGA, Dirce H. U; DINIZ, Rodrigo A. **Dinâmicas socioterritoriais e práticas profissionais:** entre chãos e gestão. *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, p. 1407-1430, 27 Set 2018 Disponível em



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9872/5823>. Acesso em 28/07/2024.

CARDOSO, A. L. Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, n.17, 1º sem. 2007. p.219-240. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8771/6496>. Acesso em 20/08/2023.

DAS, Veena. **Vida e palavras**: a violência e sua descida ao ordinário. São Paulo: Editora Unifesp, 2020. E-book Kindle.

KAAP, S. **Direito ao espaço cotidiano**: Moradia e autonomia no plano de uma metrópole. Caderno Metrôpoles, São Paulo, v. 14, n. 28, pp. 463/483, jul/dez 2012

KOGA, Dirce. **Medida de cidades**. Entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

KOGA, Dirce. **Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais**. In: Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 16, n. 1, p. 30-42, jul./dez. 2013.

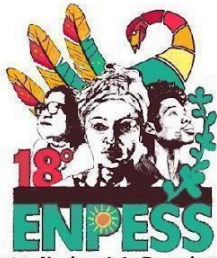
SILVA, M. N. da; VASCO, K. M. C. M; TEXEIRA, A. G. **Um Balanço do PAC-Urbanização de Favelas no Município de Curitiba**: Curitiba: UFPR – LAHURB – PPU – Observatório das Metrôpoles, 2018. 76 p. Relatório de Pesquisa.

_____. **Urbanizar ou Remover? Reflexões sobre a prática de intervenção nas favelas do Município de Curitiba a partir da execução do PAC UAP**. 11º Seminário Nacional Sociologia & Política: Intermitências da Democracia e Desigualdades Sociais. Curitiba. 2020.

NUNES DA SILVA, M.; SILVA, M. L. B.; VASCO, Kelly. M. C. M.; FURLAN, D. L. S.; TEXEIRA, A. G.; CORREIA, A. D. Os Projetos de Cidade e a Cidade das Favelas: revisitando a experiência de Curitiba a partir da trajetória da política de intervenção em favelas in **Urbanização de favelas no Brasil**: trajetórias de políticas municipais. In Madianita Nunes da Silva, Adauto Lucio Cardoso, Rosana Denaldi (org.) - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. p. 263-294.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SPOSATI, A.; KOGA, D. São Paulo: **Sentidos territoriais e políticas sociais**. São Paulo: SENAC, 2013.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

VASCO. K. M. C. M. **O Programa Minha Casa Minha Vida como ferramenta para intervenção nas favelas de Curitiba: o caso da Vila Santos Andrade.** 2018. 207 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.